



IHRC

INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC
HUMAN RIGHTS PROGRAM AT HARVARD LAW SCHOOL

Responda ao apelo:

A proibição de robôs assassinos é um imperativo moral e legal

Copyright © 2020 Human Rights Watch
Todos os direitos reservados.
Impresso nos Estados Unidos da América
Design da capa por Rafael Jimenez

A Human Rights Watch defende os direitos das pessoas em todo o mundo. Investigamos escrupulosamente os abusos, expomos amplamente os fatos e pressionamos aqueles com poder a respeitar os direitos e garantir a justiça. A Human Rights Watch é uma organização internacional independente que trabalha como parte de um movimento vibrante para defender a dignidade humana e promover a causa dos direitos humanos para todos e todas.

A Human Rights Watch é uma organização internacional com presença em mais de 40 países e escritórios em Amsterdã, Beirute, Berlim, Bruxelas, Chicago, Genebra, Goma, Joanesburgo, Londres, Los Angeles, Moscou, Nairóbi, Nova York, Paris, São Francisco, São Paulo, Sydney, Tóquio, Toronto, Túnis, Washington DC e Zurique.

Para mais informações, visite nosso site: <http://www.hrw.org>

A Clínica Internacional de Direitos Humanos (International Human Rights Clinic, IHRC) da Faculdade de Direito de Harvard (Harvard Law School) procura proteger e promover os direitos humanos e o direito internacional humanitário por meio de documentação; análise jurídica, factual e estratégica; litígio perante órgãos nacionais, regionais e internacionais; negociações de tratados; e iniciativas de políticas públicas e comunicação de influência. A IHRC também se dedica à educação inovadora para desenvolver técnicas e abordagens práticas avançadas na defesa dos direitos humanos. A Iniciativa de Proteção Civil e Conflitos Armados da IHRC (Armed Conflict and Civilian Protection Initiative, ACCPI) concentra-se no desarmamento humanitário e em outras medidas para reduzir o sofrimento que civis enfrentam em conflitos armados.

Para mais informações, visite o site do IHRC: <http://hrp.law.harvard.edu/clinic/>

Resumo

“Nos casos não previstos no presente Protocolo ou em outros acordos internacionais, as pessoas civis e os combatentes permanecem sob a proteção e o domínio dos princípios do Direito Internacional derivado dos costumes estabelecidos, dos princípios de humanidade e dos ditames da consciência pública.”

- Cláusula Martens, conforme estabelecido no Protocolo Adicional I de 1977 às Convenções de Genebra

As armas totalmente autônomas são hoje uma das mais alarmantes tecnologias militares em desenvolvimento. Como tal, há uma necessidade urgente de que Estados, especialistas e o público em geral examinem essas armas de perto, sob a Cláusula Martens - uma disposição exclusiva do Direito Internacional Humanitário que estabelece uma linha de base à proteção de civis e combatentes quando não há uma lei de tratados específica sobre tópico. Este relatório mostra como armas totalmente autônomas, capazes de selecionar e atingir alvos sem um controle humano significativo, violariam ambos os pilares da Cláusula Martens: os princípios de humanidade e dos ditames da consciência pública. Para cumprir a Cláusula Martens, os Estados devem adotar uma proibição preventiva do desenvolvimento, produção e uso dessas armas.

O rápido desenvolvimento da tecnologia autônoma e da inteligência artificial (IA) significa que armas totalmente autônomas podem se tornar realidade no futuro próximo. Também conhecidos como “robôs assassinos” e sistemas de armas autônomas letais, eles suscitam uma série de preocupações morais, legais, de controle e responsabilização, operacionais, técnicas e de segurança. Essas armas são objeto de debate internacional desde 2013. Naquele ano, a Campanha para Parar Robôs Assassinos (Campaign to Stop Killer Robots), uma coalizão da sociedade civil, foi lançada e começou a pressionar os Estados a discutirem sobre as armas. Após conduzirem três reuniões informais com especialistas, os Estados partes da Convenção sobre Certas Armas Convencionais (CCW, na sigla em inglês) iniciaram conversas formais sobre o tema em 2017. Em agosto de 2018, aproximadamente 80 estados se reunirão novamente para a próxima reunião do Grupo de Peritos Governamentais da CCW.

Enquanto os Estados partes da CCW conduzem uma avaliação sobre as armas totalmente autônomas e seu futuro, a Cláusula Martens deve ser um elemento central das discussões. A cláusula, que é uma característica comum do direito internacional humanitário e dos tratados de desarmamento, declara que, na ausência de um acordo internacional as pessoas civis e os combatentes permanecem sob a proteção e o domínio dos princípios do Direito Internacional derivado dos costumes estabelecidos, dos princípios de humanidade e dos ditames da consciência pública. A cláusula se aplica a armas totalmente autônomas porque elas não são tratadas especificamente pelo direito internacional. Os especialistas divergem sobre o significado legal preciso da Cláusula Martens, isto é, se reitera o direito consuetudinário, equivale a uma fonte independente de direito ou serve como uma ferramenta interpretativa. No mínimo, no entanto, a Cláusula Martens oferece fatores importantes a serem considerados pelos Estados ao avaliarem a emergente tecnologia de armas, incluindo armas totalmente autônomas. Ela define um limite moral para que um posicionamento sobre essas armas possa ser adotado.

Os princípios de humanidade

Devido à falta de emoção e de um julgamento ético e legal, as armas totalmente autônomas enfrentariam obstáculos significativos no cumprimento dos princípios de humanidade. Esses princípios exigem o tratamento humano dos outros e o respeito pela vida e pela dignidade humana. Os seres humanos são motivados a se tratarem humanamente porque sentem compaixão e empatia por seus semelhantes. O julgamento ético e legal oferece às pessoas meios para minimizar danos; permite que elas tomem decisões fundamentadas com base no entendimento de um contexto específico. Como máquinas, armas totalmente autônomas não seriam seres sensíveis capazes de sentir compaixão. Em vez de exercer julgamento, esses sistemas de armas baseariam suas ações em algoritmos pré-programados, que não funcionam bem em situações complexas e imprevisíveis.

Mostrar respeito pela vida humana implica minimizar execuções. O julgamento ético e legal ajuda os seres humanos a pesar diferentes fatores para evitar a perda arbitrária e injustificada de vidas em conflitos armados e outros. Seria difícil recriar tal julgamento, desenvolvido ao longo da história humana e de uma vida individual, em armas totalmente autônomas, e elas não poderiam ser pré-programadas para lidar com todos os cenários possíveis e de acordo com as normas legais e éticas aceitas. Além disso, a maioria dos

seres humanos possui uma resistência inata a execuções, baseada no entendimento do impacto da perda de uma vida, algo que armas totalmente autônomas, enquanto máquinas inanimadas, não poderiam desenvolver.

Mesmo que as armas totalmente autônomas pudessem proteger adequadamente a vida humana, seriam incapazes de respeitar a dignidade humana. Ao contrário dos seres humanos, esses robôs seriam incapazes de compreender integralmente o valor de uma vida humana e o significado de sua perda. Eles tomariam decisões de vida ou morte baseadas em algoritmos, reduzindo seus alvos humanos a objetos. Armas totalmente autônomas violariam os princípios de humanidade em todos aspectos.

Os ditames da consciência pública

A crescente indignação face à possibilidade do emprego de armas totalmente autônomas sugere que esta nova tecnologia também contraria o segundo pilar da Cláusula Martens: os ditames da consciência pública. Esses ditames consistem em diretrizes morais baseadas no conhecimento do que é certo e errado. Eles podem ser garantidos por meio das opiniões pública e de governos.

Muitos indivíduos, especialistas e governos se opuseram fortemente ao desenvolvimento de armas totalmente autônomas. A maioria dos entrevistados em várias pesquisas de opinião pública declararam ser contrários a essas armas. Especialistas, que consideraram o assunto com mais profundidade, emitiram declarações e publicaram cartas abertas que refletem uma consciência ainda melhor do que aquilo que revelam as enquetes. Organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONGs), juntamente com líderes em assuntos de desarmamento e direitos humanos, paz e religião, ciência e tecnologia, e indústria, sentiram-se na obrigação de, principalmente por razões morais, fazer um apelo à proibição de armas totalmente autônomas. Eles condenaram essas armas como "inescrupulosas", "abomináveis... à sacralidade da vida", "imprudentes" e "antiéticas".

Entre suas principais preocupações com armas totalmente autônomas, governos têm citado o cumprimento da Cláusula Martens e as deficiências morais. Até julho de 2018, 26 Estados apoiavam uma proibição preventiva e mais de 100 Estados tinham exigido a criação de um instrumento juridicamente vinculativo para tratar das preocupações

suscitadas pelos sistemas letais de armas autônomas. Quase todos os Estados partes da CCW presentes na última reunião em abril de 2018 enfatizaram a necessidade de manter o controle humano no uso da força. O emergente consenso de preservar um controle humano significativo, que é efetivamente equivalente a uma proibição de armas que não contam com essa supervisão, mostra que a consciência pública é fortemente contra armas totalmente autônomas.

A necessidade de um Tratado de Proibição Preventiva

Uma avaliação das armas totalmente autônomas com base na Cláusula Martens mostra que é imperativo adotar nova legislação que seja específica e robusta. Regulamentos que permitem a existência de armas totalmente autônomas não seriam suficientes. Por exemplo, limitar o uso a determinados locais não impediria o risco de proliferação do uso por atores com pouca consideração pelo tratamento humano ou pela vida humana, nem garantiria o respeito pela dignidade de civis ou combatentes. Além disso, a consciência pública revela amplo apoio à proibição de armas totalmente autônomas, ou seu equivalente, uma exigência de controle humano significativo. Para garantir a conformidade com os princípios da humanidade e dos ditames da consciência pública, os Estados devem, portanto, proibir preventivamente o desenvolvimento, produção e uso de armas totalmente autônomas.

Recomendações

Para evitar riscos legais, morais e outros impostos por armas totalmente autônomas e a perda de controle humano significativo sobre a seleção e o alcance de alvos, a Human Rights Watch e a Clínica Internacional de Direitos Humanos (IHRC) da Faculdade de Direito de Harvard recomendam:

Para os Estados partes da CCW

- Assumir o compromisso, na sua reunião anual em novembro de 2018, e definir atribuições para a negociação um novo protocolo que proíba sistemas de armas totalmente autônomas, ou sistemas de armas autônomas letais, buscando concluir as negociações até ao final de 2019.
- Utilizar a reunião do Grupo de Peritos Governamentais, em agosto de 2018, para apresentar posições nacionais claras e chegar a um acordo sobre a necessidade de definir atribuições para a negociação na reunião anual em novembro.
- Desenvolver posições nacionais e adotar proibições nacionais como elementos fundamentais para uma proibição internacional.
- Expressar oposição a armas totalmente autônomas, inclusive com base nos fundamentos jurídicos e morais refletidos na Cláusula Martens, a fim de desenvolver ainda mais a consciência pública existente.

Aos peritos do sector privado

- Opor-se à remoção de um controle humano significativo nos sistemas de armas e no uso da força.
- Manifestar publicamente seu apoio explícito ao apelo à proibição de armas totalmente autônomas, inclusive com base nos fundamentos legais e morais refletidos na Cláusula Martens, e apelar aos governos para que sejam iniciadas negociações sobre uma nova legislação internacional.
- Comprometer-se a não conceber ou desenvolver IA para uso no desenvolvimento de armas totalmente autônomas por meio de códigos de conduta, declarações de princípios e outras medidas que assegurem que o setor privado não faça avançar o desenvolvimento, produção ou uso de armas totalmente autônomas.